



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1645 - Tel. (0195) 61-2681 - FAX 61-2811

ESTADO DE SÃO PAULO

REQUERIMENTO

Nº 178/95

APROVADO

Providenciado a respeito
Sala das Sessões, 27 de 06 de 95

PREZIDENTE

CONSIDERANDO as declarações prestadas ao Bissemanário Local "O Movimento" pelo ex-Prefeito Ademir Alves Lindo, no tocante às obras de construção da Ponte de Cachoeira de Emas;

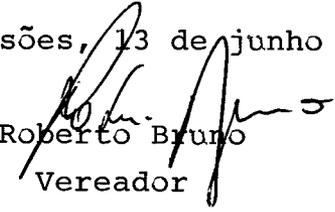
CONSIDERANDO que a matéria faz ilações a respeito de má aplicação do dinheiro público;

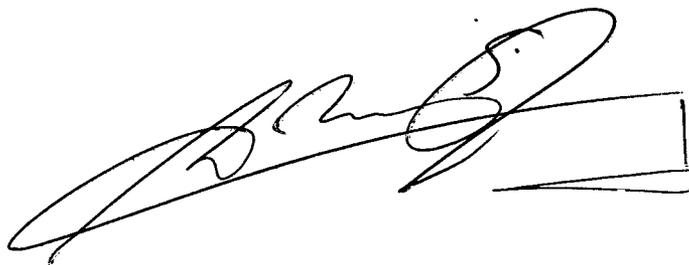
CONSIDERANDO que São Paulo, no Estado de Direito em que se encontra não pode mais tolerar para abusos ' com as verbas públicas;

CONSIDERANDO que há necessidade de serem tomadas providências a respeito pela Assembléia Legislativa Estadual;

Requeiro à Mesa, pelos meios regimentais, seja oficiado ao Exmo. Sr. Vanderlei Macris, DD. Deputado Estadual a fim de que sejam tomadas providências cabíveis aos fatos tratados na matéria em anexo, no tocante a malversação de dinheiro público.

Sala das Sessões, 13 de junho de 1995.


Roberto Bruno
Vereador



Natah Paula


11022

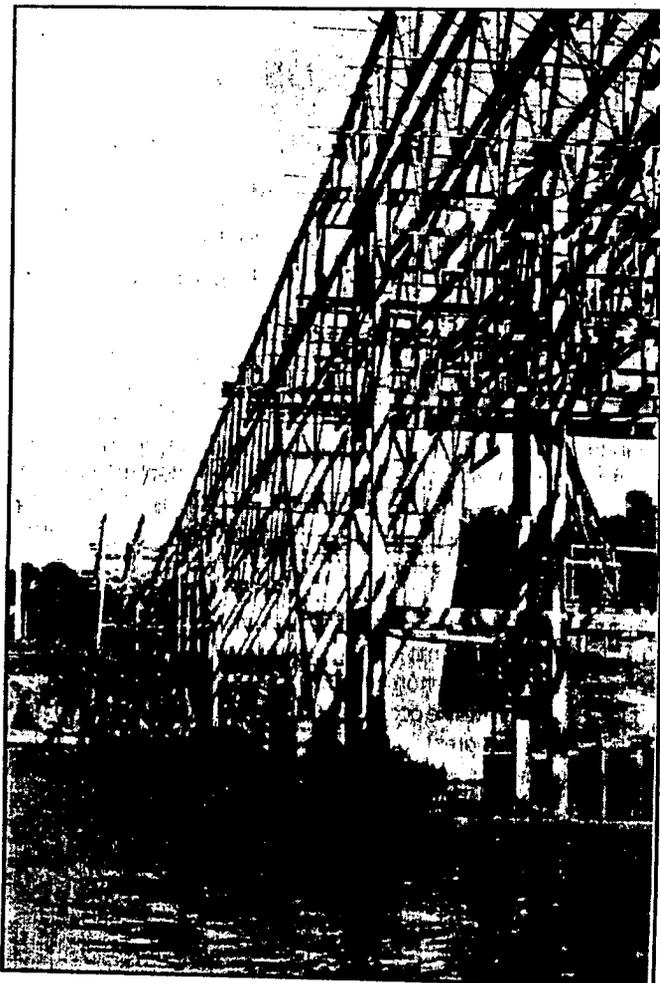
Mais de cinco milhões de reais, este será o custo para o término da ponte em Cachoeira de Emas

Mais uma vez, o ex-prefeito Ademir Alves Lindo esteve em São Paulo para tratar do assunto Ponte de Cachoeira de Emas. Desta vez, no último dia 7, acompanhado do secretário do PSDB local, prof. Iran Rodrigues, esteve com o dr. Robert Heury Srour, presidente da CPOS - Companhia Paulista de Obras e Serviços.

Segundo Ademir Lindo, na oportunidade, o presidente da CPOS discorreu sobre a calamitosa situação financeira que o governador Mário Covas herdou de seu antecessor. Por este motivo, não é só a obra da ponte da Cachoeira de Emas que está paralisada. Todas as obras do Estado estão paralisadas por determinação do governador, para se fazer um levantamento sobre os custos do que já foi pago e o que o Estado deve a cada empreiteira. Na verdade, o governo do Estado vem encontrando verdadeiros absurdos nos processos de execução de obras, como é o caso de Pirassununga. Para uma obra orçada e licitada em R\$ 1.706.421,00, hoje o Estado deve, com os aditivos, R\$ 4.600.000,00, sendo que só de aluguel das treliças, o governo deve em torno de R\$ 1.900.000,00. É uma verdadeira sangria nos cofres públicos, afirmou Ademir. O aluguel do aparelho custa mais caro que o valor da obra, sendo que a empresa,

até o momento, já recebeu dos cofres do Estado, R\$ 1.443.000,00 e cobra outros R\$ 3.000.000,00. Diante desta situação, a CPOS está rescindindo o contrato com a empreiteira.

Uma outra questão a ser enfocada é que o projeto original da construção da ponte, segundo o eng. Ivan Miletele, responsável pela fiscalização, foi modificada. Não haveria necessidade do aluguel dessas treliças. A ponte poderia ser construída pelo sistema de embramento normal, o que baratearia a construção da mesma. Outra coisa importante: hoje, para terminar a obra seriam necessários R\$ 1.780.000,00, mais ainda o acesso à ponte, que foi orçado em R\$ 4.071.618,10, o que perfaz um total de R\$ 5.831.618,10. Na verdade, continuou Ademir, o Estado de São Paulo não dispõe desses recursos. Nós, do PSDB de Pirassununga, queremos dizer a alguns que andam nos criticando que, em momento algum, prometemos o término da obra, mas que iríamos lutar, como estamos lutando, junto com outros companheiros de partido, dentre os quais podemos citar os deputados Vanderlei Macris, Dorival Braga e Sidnei Beraldo, no sentido de priorizar esta obra, de tal forma que, quando o governo do Estado tiver a sua situação econômica estabilizada, esta obra esteja



programada para o reinício da mesma. Entretanto, a nossa luta não se restringe ao governo paulista. De posse destes levantamentos técnicos, iremos brevemente ter um encontro com o nosso amigo particular, ministro do Planejamento, José Serra, quando na ocasião tentaremos alocar recursos junto ao Governo

Federal.

Concluindo, o ex-prefeito arrematou: "Esta é a resposta que damos e o chamamento que fazemos a todos os homens públicos de nosso município, para que haja união e, através desta, possamos tornar realidade este antigo sonho que é a Ponte de Cachoeira de Emas".



Companhia Paulista
de Obras e Serviços

CPOS

Secretaria/Cliente: Recursos Hídricos Saneamento e Obras

CRONOGRAMA FINANCEIRO

EMPREENDIMENTO PRIORITÁRIO : Ponto sobre o Rio Mogi-Guaçu no Município de Pirassununga

(Valores em R\$)

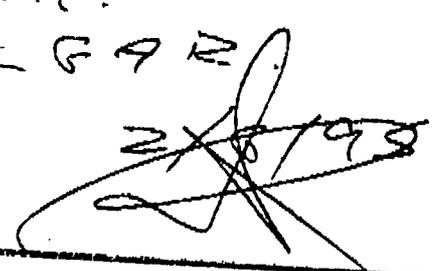
ITEM	ORÇAMA	RECURSOS PROVINCIAIS	LCS			TOTAL	LCS	
			SET	OUT	NOV			
		4.074.104,30	0,00	400.104,00	539.047,13	909.047,13	2.410.270,20	1.733.303,10
		1.779.047,09	0,00	08.000,00	284.000,00	284.000,00	616.200,00	1.563.000,00
TOTAL		5.853.151,39	0,00	508.104,00	1.233.047,13	1.233.047,13	3.054.570,20	2.297.303,10

OCS.. A data início é indicativa, devido a necessidade da recisão do atual contrato.
Nos valores acima não estão previstos reajustes estabelecidos conforme os termos da Medida Provisória nº 542/94
Nos valores acima, está incluída a TAXA DE ADMINISTRAÇÃO da CPOS



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CASA CIVIL

MENSAGEM FAC-SÍMILE		Nº
D E	SR(A) Secretário Roberto Maenho	
	NOME DA UNIDADE Secretaria Casa Civil	SIGLA
	TELEFONE FAC-SÍMILE 0438271	LINHA TRONCO
	DATA	HORA
		RAMAL
		OPERADOR(A)
P A R A	SR(A) Vereador Roberto Bruno	
	NOME DA EMPRESA/ENTIDADE EXTERNA	
	NOME DA UNIDADE	SIGLA
	TELEFONE FAC-SÍMILE (0195) 612011	LINHA-TRONCO
		RAMAL
		RECEBIDO POR
→ TOTAL DE FOLHAS TRANSMITIDAS (INCLUINDO ESTA):		
T E X T O	AMIGO BRUNO: SE GUE, EXPLICAÇÕES DA SECRETARIA DE OBRAS, SOBRE A PONTE SOBRE O RIO MOGI-GUAçu EM PIRASSUNUNGA. FAVOR DIVULGAR.	
		

**RESUMO DE SITUAÇÃO: PONTE SOBRE O RIO MOGI-GUAÇU
(PIRASSUNUNGA)**

A Ponte sobre o rio Mogi-Guaçu, no município de Pirassununga, foi iniciada em 18 de setembro de 1990, orçada, já com valores atualizados em Real, em um milhão, setecentos e seis mil e quatrocentos e vinte e um reais.

A construtora que ganhou a licitação, Construtora Bergen, optou como método construtivo a utilização de um equipamento conhecido como treliça. Esse equipamento utilizado para fazer o tabuleiro da ponte é extremamente caro.

Por diversas razões, notadamente financeiras, o Estado resolveu, à época, paralisar esta obra. Todavia, o equipamento não foi desmontado e, para se ter uma idéia, significou o mesmo que deixar um taxímetro ligado de forma permanente. Hoje, e isto é um fato, a obra passou, com os aditivos do contrato, para um valor aproximado de quatro milhões e seiscentos mil reais. Só para se ter uma idéia, a construtora está querendo cobrar pelo aluguel do equipamento algo em torno de um milhão e novecentos mil reais, o que quase equivale ao valor originário da própria obra. Com a finalidade de resolver tal situação, o novo governo resolveu desativar e retirar a treliça do local, para depois, então, viabilizar a continuidade da obra.

É preciso lembrar, ainda, que só a construção da ponte não soluciona o problema da travessia. Vai haver a necessidade da execução de acessos viários para a utilização da ponte.

O Movimento

Preço deste
exemplar
R\$ 1,00

PORTE PAGO
ECT - DR/SP
ISR - 40-2748/81

DIRETOR: Daniel Caetano do Carmo --- Pirassununga, sábado, 24 de junho de 1995 --- Ano LXI --- Nº 4340
REDAÇÃO E OFICINAS: Rua General Osório, 432 --- Fone 61-4066

A ponte está "indo embora"

Há algumas semanas, vários artigos veiculados por este bissemanário questionavam a possível conclusão das obras da ponte do distrito de Cachoeira de Emas (foto maior à direita). Esta obra, que há anos vem sendo reclamada pela população da Cachoeira de Emas, está retrocedendo: ao invés de, finalmente, servir na interligação do distrito, unindo inclusive as cidades da região, está sendo "desmontada" por falta de verba estadual (foto menor à esquerda).

Os prejuízos calculados ultrapassam a casa dos R\$ 4,5 milhões e esta obra, que poderia trazer benefícios, tanto para o município quanto para a região, está sendo "sucateada", com desperdício de

materiais, consumindo abusivamente o dinheiro público.

Várias lideranças políticas tentaram intermediar junto ao governo estadual; porém, as más gestões nos

últimos dez anos esvaziaram os cofres públicos e praticamente o Estado faliu.

Agora, mais uma vez, a população tem que esperar a "boa-vontade" política de seus

representantes no Legislativo e no Executivo para que, na primeira oportunidade,

as verbas para obras necessárias sejam votadas em prol do bem público.

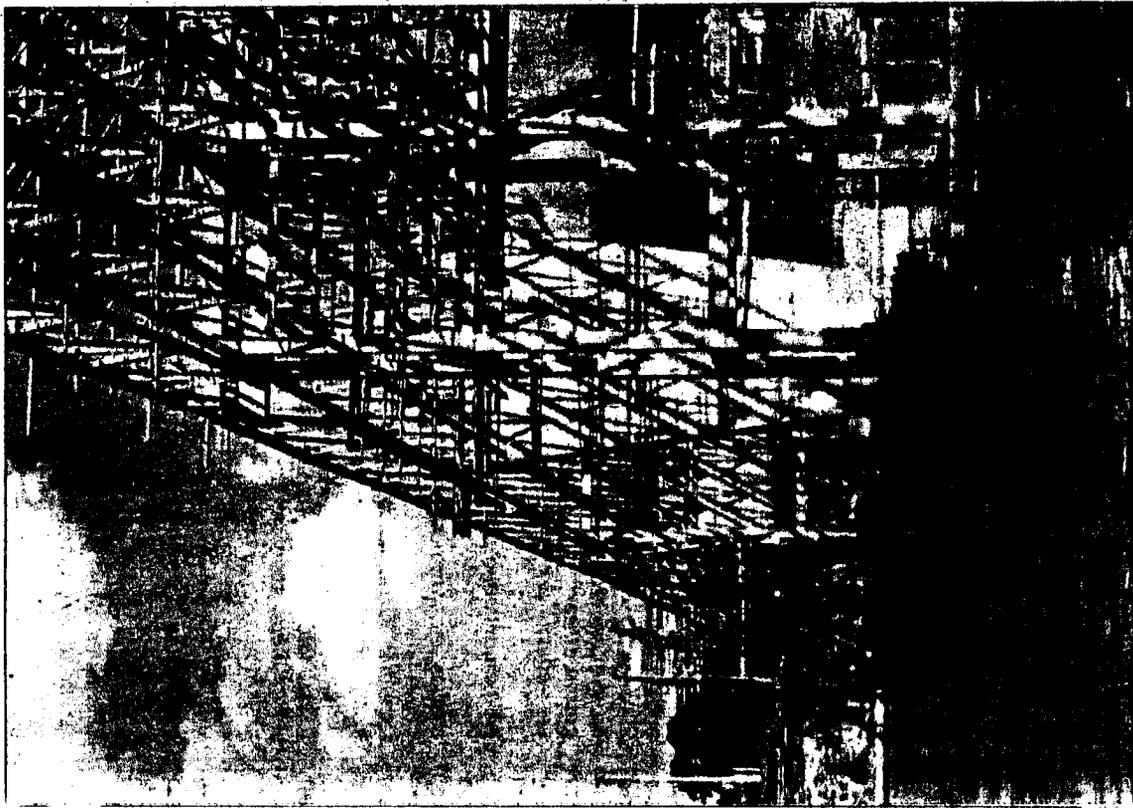


Foto A J Hon

